



Especialistas analisam
Novo Banco e Banif

Que (re)solução é esta?



SAMS

14

Declarações para IRS:
esteja atento ao site





www.servilusa.pt

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA SÓCIOS DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS E FAMILIARES

Mais de
60.000
 famílias
 confiam na Servilusa

Nos momentos difíceis é importante ter ao nosso lado alguém de confiança. Talvez seja essa a razão que levou até hoje, mais de 60.000 famílias a escolherem a Servilusa para a organização e celebração de um funeral.

Disponibilizando-lhe uma equipa de profissionais que o acompanham continuamente nas suas escolhas e durante todo o processo de organização do serviço funerário, a Servilusa está consigo 24 horas por dia durante todo o ano, nos momentos mais difíceis.



Servilusa
 Agências funerárias

Consigo nos momentos difíceis

Número Nacional Grátis | **800 204 222**

Serviço Funerário Permanente 24 horas



HORÁCIO OLIVEIRA

Sindicalismo na governação ou governação amarrada ao sindicalismo?

Os sindicatos e os sindicalistas são parceiros, partes de um conjunto tripartido indissociável: poder governativo; poder patronal; poder sindical. Só assim é possível entender-se a concertação social

V olvidos que são quase quarenta e um anos do dia que libertou o povo português de uma ditadura e após um período em que foi tentada a implantação de outra, derrotada em 25 de novembro de 1975, vários passos foram consolidando a nossa democracia.

O chamado Movimento Carta Aberta fez despertar o sindicalismo não frentista, pondo cobro à unidade protagonizada pela Intersindical, cujos sindicatos abandonaram o congresso desta central de 1977. Em outubro de 1978 a UGT dá os primeiros passos, e o seu primeiro congresso tem lugar em janeiro do ano seguinte. Socialistas e social-democratas unem-se em torno da liberdade sindical tal como esta era proclamada nas convenções da OIT, bem como do pluralismo sindical e do direito de tendência. A unicidade perde terreno; a democracia sindical reforça-se.

Chegados aqui, pensará a CGTP que voltámos aos tempos do PREC? Será que ainda pode passar pela cabeça de alguém que é possível um país ser governado por forças ou entidades que da governação só têm a ilusão do que pode ser poder? Ou seja, será que alguma mente não afetada ainda carrega o dogma de que cabe ao povo governar através dos seus representantes diretos, aqueles que por ordem dos comités políticos forem designados para aquela representação?

Estupefato, assisto a uma tentativa de revisionismo histórico sindical que nutre voltar ao passado, tentando provocar que o poder sindical submeta o poder político democraticamente eleito. Estaríamos em presença de uma espécie de PREC II, na falência do sistema democrático, na instauração de um pretenso poder dos trabalhadores que mais não passariam do que de marionetas nas mãos de um sistema ditatorial em nome do povo.

Os sindicatos e os sindicalistas são parceiros, partes de um conjunto tripartido indissociável: poder governativo; poder patronal; poder sindical. Só assim é possível entender-se a concertação social e exigir dentro desta as melhores condições para o “mundo laboral”. É aqui, e não fora, que se devem definir os objetivos e os fins a que se propõem as partes.

Os sindicalistas não governam e muito menos a governação deve estar amarrada ao poder que aqueles representam.

Quando se confundem as partes, confunde-se a democracia.

Sindicais

SBSI reclama ACT novamente em vigor no IFAP | 5
Despedimento coletivo na Sibs | 6

Dossiê: Sistema financeiro português

Banca: de resolução em resolução | 7
Banif: anatomia de uma decisão sem unanimidade | 8
Do BES ao Novo Banco: a história de um calote? | 10
Uma visão jurídica | 12

Formação

Formandos "reclamam" mais ações | 13

SAMS

Consulte o site para obter declarações de IRS | 14

Juventude

Concurso de Natal em freguesia açoriana | 16

Gram

Viagens culturais: À descoberta de preciosidades ibéricas | 17

Tempos livres

Bowling: Arranque prometedor de Amável Lourenço | 18
King: Liderança isolada para Caetano Moço | 18
Carnaval em Castelo Branco | 19

Talento à prova | 21**Passatempos** | 22**FICHA TÉCNICA**

Propriedade: Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas - NIF 500 825 556

Correio eletrónico: direcao@sbsi.pt

Diretor: Rui Riso

Diretor-adjunto: Horácio Oliveira

Conselho editorial: Rui Riso, Horácio Oliveira,

António Fonseca e Rui Santos Alves

Editor: Elsa Andrade

Redação e Produção:

Rua de São José, 131 - 1169-046 Lisboa

Tels.: 213 216 0 90/062 - Fax: 213 216 180

Correio eletrónico: obancario@sbsi.pt

Gratismo: Ricardo Nogueira

Pré-impressão e Impressão: Xis e ére, xer@netcabo.pt

Rua José Afonso, 1, 2.º - Dto. - 2810-237 Laranjeiro

Revisão: António Costa

Tiragem: 41.585 Exemplares (sendo 4.585 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal

Depósito legal: 310954/10

Registado na ERC: n.º 109.009

A publicidade publicada e/ou inserta em O Bancário é da total responsabilidade dos anunciantes

A palavra aos sócios**Agradecimento ao SAMS**

Após aproximadamente dois anos de luta contra o cancro, o nosso pai Constantino Lopes Manso e a nossa mãe Ana Bela Lopes Manso partiram.

Vimos por este meio realçar o profissionalismo, a atenção e ajuda de toda a equipa de Oncologia do SAMS. Esta passou a ser uma família que nos apoiou durante este longo processo de doença.

O nosso mais profundo e sincero agradecimento aos enfermeiros Pilar, Luís, Paula e Conceição, às auxiliares Lurdes e Fernanda, aos administrativos Sara e Daniel, à Dr.ª Ana Plácido, ao Dr. Gomes da Costa, ao Dr. Luís Gasparinho, ao Dr. Joaquim Quiroga e à técnica de serviço social Dr.ª Natália Rodrigues, por todo o apoio neste período tão difícil e doloroso.

Durante estes dois anos os laços com a equipa de Oncologia foram fortes e intensos e dificilmente serão esquecidos.

Este período sofrido foi amenizado pela vossa amizade e dedicação e pelo sentido de família gerado por vós. Mais uma vez o nosso mais profundo agradecimento e louvor a toda a equipa de Oncologia do SAMS. Dos filhos Ricardo e Rita e restante família.

Ricardo José Clemente Manso
Beneficiário n.º 2657762

Grande angular**Diário Económico****Portuguesas ganham menos que os homens**

"Name and Shame" é o nome de um ranking das empresas com maior diferença salarial entre homens e mulheres que o governo inglês anunciou que vai publicar em breve.

O objetivo desta medida é combater o 'gender gap' entre homens e mulheres. De acordo com os indicadores do Fórum Económico Mundial, na União Europeia as mulheres ganham, em média, menos 16% que os homens. O que significa que elas ganham em média o que eles ganhavam há dez anos.

(...) Apesar da entrada de mais 200 milhões de mulheres no mercado de trabalho global, as desigualdades de rendimento continuam e estão para durar. O relatório conclui que se a revolução continuar a este ritmo só dentro de 118 anos haverá igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

(...) As mulheres em Portugal ganham menos 9200 euros por ano que os homens. Uma desigualdade salarial que coloca Portugal no 107.º lugar numa lista de 145 países quando analisamos a diferença salarial paga a homens e mulheres, de acordo com o "Global Gender Gap Report 2015" elaborado pelo Fórum Económico Mundial. Em termos globais Portugal ocupa o 39.º lugar. Mas se olharmos, apenas, para os países europeus, Portugal ocupa o 9.º lugar na lista dos estados com maior diferença salarial. O que significa que as mulheres recebem menos 13% que os homens para a mesma tarefa." ■

negocios**Aumentou fosso entre jovens e resto da população**

"Portugal está no grupo de países onde a evolução do rendimento dos jovens mais se afastou da média nacional durante os anos de crise. Ainda assim, é um dos poucos onde a desigualdade não aumentou: a classe média foi poupada.

A conclusão é de um estudo do banco holandês ING intitulado "A Crise Desigual", onde é identificada uma aceleração das desigualdades durante o período de crise financeira e económica (2007 a 2013) nos países desenvolvidos. Neste caso, a instituição financeira concentra-se na situação dos jovens, muitos dos quais com vínculos laborais precários.

(...) Países periféricos como Portugal foram especialmente afetados, com agravamentos substanciais da sua taxa de pobreza (a Grécia, claro, a destacar-se).

Os jovens perderam terreno em relação aos outros escalões etários, mas isso sente-se mais em Portugal do que noutros países. "As maiores diferenças de crescimento entre jovens e a média são encontradas em Espanha, Grécia, Portugal, Reino Unido e EUA", nota o relatório. "Esta análise confirma a perceção de que a crise atingiu os jovens desproporcionadamente, não apenas porque as remunerações foram o principal fator por trás da quebra do rendimento das famílias, mas também porque os mais jovens eram os mais vulneráveis no mercado de trabalho." ■

SBSI reclama ACT novamente em vigor no IFAP



O ministro da Agricultura vai tentar encontrar uma solução para os trabalhadores do IFAP e das DRAP, a quem foi retirada a aplicação do ACT. A garantia foi dada à Direção do Sindicato numa reunião solicitada pela UGT



Capoulas Santos mostrou-se sensível ao problema dos trabalhadores do IFAP

Uma delegação do SBSI, liderada por Rui Riso, reuniu-se no dia 2 de fevereiro com o ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e os seus secretários de Estado para debater a situação laboral dos trabalhadores do IFAP e das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP).

O encontro foi pedido pela UGT, por solicitação do Sindicato, e contou também com a presença do secretário-geral da central, Carlos Silva.

O SBSI foi reclamar a Capoulas Santos a revogação dos decretos-lei n.º 19/2013, de 6 de fevereiro, e n.º 30/2013, de 22 de fevereiro, cuja entrada em vigor retirou aos trabalhadores do IFAP e das DRAP a aplicação do ACT do setor bancário.

A cessação da aplicação do ACT, de forma unilateral e através de decreto-lei foi já considerada inconstitucional por um tribunal.

Os trabalhadores visados perderão inclusive o direito ao SAMS ao saírem do ativo, enquanto para os atuais reformados e pensionistas, por imposição legal esse direito apenas se manterá até ao final de 2017.

Os representantes do SBSI entregaram um dossiê completo sobre o processo e tentaram

sensibilizar o ministro e os secretários de Estado presentes para a necessidade de reverter a situação.

Capoulas Santos comprometeu-se a entregar o dossiê do SBSI aos serviços Jurídicos do Ministério da Agricultura para análise, com o objetivo de que seja encontrada uma solução para o problema.

O ministro garantiu ainda a sua disponibilidade para continuar a debater o caso com o Sindicato. ■

Contestação passo a passo

A reunião com o atual ministro da Agricultura foi mais um passo na longa luta do Sindicato no processo do ex-IFADAP, atual IFAP.

As mais recentes iniciativas foram empreendidas pela revogação dos decretos-lei de 2013.

Após a publicação do decreto-lei n.º 19/2013, de 6 de fevereiro, foram entregues duas providências cautelares — uma no Tribunal de Trabalho e outra no Tribunal Administrativo — requerendo a manutenção em vigor do ACT do IFAP.

Os sindicatos da Febase (SBSI, SBC e SBN) consideraram — e o consideram — que o complexo normativo atraiçoa as garantias que lhes tinham sido avançadas, nomeadamente no que respeita à contratação coletiva e à manutenção dos direitos sociais — facto já denunciado, em tempo útil, ao Presidente da República.

A resposta sindical contemplou ainda um pedido de intervenção à Procuradora-Geral da República e ao Provedor de Justiça, para que desencadeassem o processo de fiscalização abstrata sucessiva do diploma.

Do mesmo modo, foi apresentada à UGT uma queixa referente à violação, pelo Governo Português, do direito à contratação coletiva, para ser veiculada junto da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Por fim, o SBSI e os restantes Sindicatos dos Bancários da Febase enviaram um parecer aos grupos parlamentares, contendo a sua oposição à extinção do ACT no IFAP.



Despedimento coletivo na Sibs



A Sibs Cartões pretende dispensar um conjunto de trabalhadores, alegando redução de serviço. O SBSI tenta melhorar as condições de rescisão

A seu pedido, o Sindicato reuniu-se no dia 21 de janeiro com um representante da Sibs Cartões nas instalações da Sibs, em Lisboa, com o objetivo de discutir a pretensão da empresa de proceder a um despedimento coletivo.

No encontro, o representante da Sibs Cartões justificou a medida com a diminuição de serviço que tem ocorrido e se agravou no último ano

devido à crise no País e, nomeadamente, no setor financeiro.

O SBSI contestou o processo de despedimento quando a empresa tem um número significativo de trabalhadores em regime de outsourcing.

O responsável explicou que as funções técnicas desempenhadas pelos trabalhadores alvo de despedimento não são compatíveis com o trabalho indiferenciado executado em outsourcing.

O Sindicato referiu que, de acordo com a sua experiência, considera difícil a empresa atingir os objetivos a que se propõe dado os valores apresentados para as rescisões por mútuo acordo.

Nesse sentido, o SBSI propôs que a empresa recorra a reformas antecipadas, dando aos trabalhadores essa opção.

Plano de saúde

O SBSI questionou também se o plano da empresa contempla um seguro de saúde, sensibilizando o representante da Sibs Cartões para a necessidade de fazê-lo. A empresa ficou de analisar essa possibilidade.

Face a esta situação, o Sindicato aconselha os trabalhadores em causa, se assim o entenderem, a apresentarem propostas concretas diferentes da da Sibs quando forem de novo chamados a negociar a desvinculação contratual.

Os Serviços Jurídicos do SBSI estão à disposição dos trabalhadores e o Sindicato recomenda-lhes que nada assinem sem antes consultarem os advogados do SBSI. ■



Banca: de resolução em resolução

Imparidades, planos de recapitalização, encerramento de balcões, rescisão de contratos, Fundo de Resolução, supervisão... Eis os termos que marcam os anos recentes da banca nacional. Dois casos paradigmáticos – Banif e Novo Banco – foram dissecados numa conferência que juntou economistas, deputados, juristas, e o ministro das Finanças, Mário Centeno

O IDEFF – Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal organizou, no final de janeiro, a conferência “O sistema financeiro português – 40.000 milhões de imparidades depois”.

O Auditório da Faculdade de Direito de Lisboa (FDL) encheu para ouvir, ao longo do dia, vários painéis que abordaram temas principais e sensíveis para o setor financeiro. Vários deputados e o ministro das Finanças, Mário Centeno, foram oradores.

Na sessão de abertura, o diretor da FDL, Pedro Romano Martinez, afirmou que aquele espaço é uma casa de liberdade, pluralismo e abertura de espírito, agradecendo a presença do ministro das Finanças, Mário Centeno.

Eduardo Paz Ferreira, presidente do IDEFF, reforçou a satisfação pela presença de Mário Centeno e sublinhou que a atividade inserida no IDEFF procura que a universidade “seja um espaço onde se pode refletir sobre as grandes questões económicas e sociais”.

Já o reitor da Universidade de Lisboa, António Cruz Serra, mostrou-se estupefacto pelo que tem acontecido no sistema bancário e nas questões de soberania associadas às decisões que têm sido tomadas.

Recuperar rendimento

Na sua intervenção, Mário Centeno afirmou que são muitos os desafios com que o País se confronta, desde logo o de “corrigir os desequilíbrios relançando o crescimento e o emprego”.

Sobre o Orçamento do Estado, o ministro das Finanças reconheceu a necessidade de manter o processo de consolidação orçamental e de promover uma efetiva correção estrutural das finanças públicas. Apresentando os principais números do Orçamento, Centeno revelou que o principal objetivo passa por ter uma política orçamental mais equilibrada e sustentável, diminuindo a carga fiscal e aumentando o rendimento das famílias e das empresas.

Supervisão importante

Mário Centeno acredita ser necessário promover a estabilidade e credibilidade das instituições e do quadro regulatório nacional. “A reflexão a propósito do quadro de supervisão financeira deve ser realizada tendo bem presente que tal quadro deve assentar no reforço das instituições dotadas de poderes de supervisão e na sua credibilização”.

Para Centeno, os objetivos da supervisão são compostos de duas vertentes fundamentais: a supervisão prudencial, que se centra nas garantias de solvabilidade das instituições financeiras, e a supervisão comportamental, que se preocupa com a transparência, justiça e equidade nas transições entre participantes de mercado, quer sejam indivíduos ou investidores mais qualificados. Para além destas, Centeno afirma que deverá haver especial cuidado para assegurar a eficácia da estabilidade financeira através da supervisão macro-prudencial, fundamental para o equilíbrio dos agentes de mercado.

A terminar, o ministro das Finanças reforçou que os 40.000 milhões de imparidades relembram um número suficientemente grande para que todas as reflexões de supervisão tomem um caráter de urgência.

“O modelo de supervisão adequado é uma questão relevante que cada país deve ser capaz de refletir e ajustar com o crescente desenvolvimento dos agentes de mercado e complexidade dos produtos financeiros. O quadro de supervisão é um elemento essencial para o equilíbrio e estabilidade do sistema”, concluiu. ■

Banif: anatomia de uma decisão

A deliberação final sobre o Banif teria sido diferente sem a intervenção da Direção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia? O ex-presidente do banco assim pensa – e explica porquê. Certo ou não, uma verdade é indelével: o custo é dos contribuintes



“Banif: os contribuintes do costume” foi o título do debate que abriu a conferência do primeiro painel do dia, que lançou para o centro da discussão o tema Banif. Com moderação de Marco Capitão Ferreira, contou ainda com Ricardo Cabral e Jorge Tomé, ex-presidente do banco madeirense.

O economista Ricardo Cabral foi o primeiro a usar da palavra afirmando que, perante os números apresentados pelo banco no terceiro trimestre de 2015 em relação a rácios de capital, solvabilidade e alavancagem, o Banif não estava insolvente e encontrava-se bem capitalizado.

Ricardo Cabral mostrou o *casus belli* apresentado pelo Conselho de Administração do Banco de Portugal (BdP) para fundamentar a medida de resolução. No comunicado inicial, o BdP afirmava que a Direção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia (DGComp) iria, num futuro incerto, declarar a ajuda estatal ilegal. Quando esse processo estivesse

concluído e se a posição da DGComp prevalecesse, o Banif poderia não cumprir os rácios de capital, daí a melhor solução fosse intervir no imediato, expropriando propriedade privada e pública. “Um cidadão pode cometer um crime no futuro, portanto o melhor é prendê-lo já”, exemplificou.

Intervenção ilegal

Para Ricardo Cabral, a DGComp apenas poderia pronunciar-se sobre a legalidade da ajuda estatal e sobre o montante das ajudas ilegais, não podendo exigir liquidação, resolução ou venda ao Santander. “Não havia fundamentos legais para intervir e expropriar. Teria de ser feito se o banco violasse os rácios de capital mínimo”.

A concluir, Ricardo Cabral afirmou que, mesmo que o limite dos rácios de capital estivesse a ser violado, o dinheiro público injetado seria suficiente para que os mesmos fossem superiores ao

necessário. “A primeira coisa a fazer é corrigir o erro, procurar reaver parte do dinheiro (do Estado) porque faz falta noutros setores da economia. (...) Numa segunda medida, é necessário apurar responsabilidades”, finalizou.

Fases do processo

Jorge Tomé centrou a sua intervenção nas várias fases do processo. Na fase de capitalização do Banif, no valor de 1,1 mil milhões de euros, o ex-presidente afirmou que o Estado português e o BdP uniram-se e decidiram que o banco tinha de ser capitalizado.

“As razões são várias. Primeiro, a estabilidade do sistema. Na altura, segundo o BdP, tinha havido os casos BPP e BPN e não podia haver mais nenhum caso porque destruíamos o sistema. Depois o Banif era o banco incumbente nas regiões autónomas e uma outra razão, raramente referida, é que o Banif devia ao Estado português 1,2 mil milhões de euros e tinha uma exposição ao BCE de 3 mil milhões de euros”, explicou.

Negociações difíceis

Na fase de negociação, Jorge Tomé contou que a DGComp avisou para um plano de reestruturação muito violento dada a capitalização do banco e que o Banif tinha de ser reduzido a um ‘banco das ilhas’. “O Banif, na altura, tinha um balanço de 15 mil milhões de euros, o banco das ilhas seria um banco de 3 mil milhões de euros. Como é que ia então devolver 1,1 mil milhões de euros ao Estado? O Banif nunca poderia ser um banco das ilhas”.



sem unanimidade



Na foto da esquerda, Pedro Romano Martinez, Mário Centeno, António Cruz Serra e Eduardo Paz Ferreira

Ao lado, Jorge Tomé, Marco Capitão Ferreira e Ricardo Cabral debateram o Banif

Após esta conclusão, começou-se a trabalhar num documento que viria a dar aceitação por parte da DGComp do plano de reestruturação do Banif, processo que demorou seis meses. “Negociado e fechado o acordo, fazíamos a primeira emissão para o mercado de ações públicas. Nunca iríamos fazer uma emissão para o público sem termos quase a certeza que o plano de reestruturação do Banif seria aprovado. Tínhamos essa certeza porque foi baseado num quadro de referência que demorou seis meses a negociar com a DGComp”, explicou.

A carta da DGComp

Segundo Jorge Tomé, a substituição dos comissários europeus teve um impacto complicado no Banif. Em dezembro de 2014, após a substituição, é enviada uma carta da DGComp ao ministério das Finanças afirmando novamente que o Banif deveria ser transformado num banco das ilhas. “Esse documento tem um ponto importante que vai influenciar o nosso último plano de reestruturação. O Banif podia criar um banco limpo e um veículo para colocar os ativos imobiliários e os ativos dos créditos não-performantes. (...) Só houve estabilidade de preços no imobiliário a partir de 2015 e aí o Banif já estaria em condições de fazer a tal separação”, disse.

“Em 2015, o Banif começou a ganhar dinheiro de forma consistente em termos de resultados operacionais. Seria o momento para dar o salto qualitativo. A carta chama a atenção para esse aspeto, foi pena que a administração do Banif só tivesse conhecimento dela quatro meses depois”, lamentou.

Último plano

Jorge Tomé explicou que o último plano de reestruturação teria de ter já um banco limpo e um veículo para os ativos imobiliários e não-performantes. “Com essa separação, fecharíamos todos os compromissos assinados com a DGComp. Em vez de reestruturar em cinco anos, teríamos reestruturado em três e tudo acabaria em 2015”.

Para o ex-presidente, a transição política entretanto ocorrida em Portugal fez com que o BdP ganhasse mais preponderância junto da DGComp, ao invés do ministério das Finanças. “Não sabemos o que se passou, principalmente a partir de 16 de novembro, mas houve um grande volte-face do BdP”.

Jorge Tomé afirmou que era necessário encontrar uma solução definitiva para o Banif. “Na primeira reunião do lançamento da venda do banco é o BdP que define o perímetro do banco que ia ser vendido e quais os investidores a contactar. A 18 de dezembro teríamos de ter as propostas

vinculativas e depois encontrar o comprador até final do ano. Fez-se isso mas, ao mesmo tempo, o BdP começou a preparar a resolução do Banif”.

O ex-presidente reforçou a ideia que a DGComp queria a liquidação do banco mas que apenas tinha poderes para aprovar ou não o plano de reestruturação.

Processo de venda

Jorge Tomé mostrou-se surpreendido pela urgência do ministério das Finanças em escolher comprador num prazo muito pequeno de tempo, apontando várias contradições. “A DGComp queria o Santander Totta. Então e as regras sagradas em matéria de concurso de venda? O concurso tem de ser transparente, altamente competitivo, aberto e se estas três condições não estiverem verificadas esqueçam a venda. De repente, tinha de ser um banco específico a comprar o Banif?”, questionou, concluindo que a DGComp “não poderia nunca fazer nada no Banif”. ■

Privado favorecido

Marco Capitão Ferreira não poupou críticas à DGComp, afirmando que a nacionalização ou privatização são decisões soberanas dos Estados-membros.

“O regime dos auxílios de Estado torna muito difíceis ou impossíveis soluções de intervenção pública, salvo quando essa intervenção pública preceda uma privatização do ativo”, explicou.

“O dinheiro dos contribuintes parece que é bom desde que vá beneficiar privados e não os próprios contribuintes. (...) Isto faz parte de um quadro conceptual que presume que a opção pela gestão privada é sempre favorável à opção pela gestão pública. E é isto que temos de começar a questionar. Quando a gestão privada falha, somos os contribuintes do costume. O dinheiro do contribuinte serve mas a gestão pública não”, explicou.

Se a culpa morrerá solteira só o futuro o dirá. Mas as dúvidas sobre o que muitos consideram um enorme calote estão vivas e aponta-se o dedo não só ao ex-administrador como também aos intervenientes no processo



Do BES ao No

O segundo painel da manhã abordou o tema “Novo Banco — um calote?” e contou com as presenças do jornalista Pedro Santos Guerreiro, dos deputados Mariana Mortágua, João Galambá, António Leitão Amaro e do jurista António Menezes Cordeiro.

“É de calote que falamos quando falamos no processo BES/Novo Banco”. Foi desta forma que Pedro Santos Guerreiro começou a sua intervenção. Sobre o timing da decisão do Banco de Portugal, no final de 2015, em retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas e que foram destinadas a investidores institucionais, o diretor executivo do Expresso considerou que as contas feitas para o capital necessário no Novo Banco na altura da resolução eram insuficientes.

Em relação à especificidade das emissões obrigacionistas, Pedro Santos Guerreiro avançou que as casas de investimento afetadas pela decisão entendem que houve uma seleção na escolha daqueles que seriam prejudicados, questionando a legalidade do processo.

Pedro Santos Guerreiro afirmou ainda que outros processos, como a conversão em capital, não foram escolhidos porque isso prejudicaria os bancos portugueses presentes no Fundo de Resolução. “Numa futura venda, teriam a sua participação diluída no capital do Novo Banco e o Fundo de Resolução receberia uma parte inferior da receita da venda. Pode não ser uma causa mas é uma consequência dessa decisão”, explicou.

Desarticulação institucional

Pedro Santos Guerreiro afirmou que no momento da resolução houve ativos que passaram para o Novo Banco e que ainda continham prejuízos futuros. Desde 2014 “estamos a falar de um acumulado de prejuízos de 1,5 mil milhões de euros que já existiam nas contas, o que mostra que a resolução não separou o bom do mau”.

O jornalista acredita ter havido um “desalinhamento institucional” entre todos os intervenientes. “Quando o Estado assume a propriedade ou a liderança de uma instituição financeira com implicações e custos para os contribuintes, o mínimo que esperamos é que as instituições estejam articuladas. Entre Banco de Portugal (BdP), administração e Estado houve uma total desarticulação”.

vo Banco: a história de um calote?



Da esquerda para a direita: Pedro Santos Guerreiro, Mariana Mortágua, Miguel Ferro, João Galamba, António Leitão Amaro e António Barreto Menezes Cordeiro.

A concluir, Pedro Santos Guerreiro indicou que ainda existem muitas imparidades que estão fora dos balanços dos bancos e que uma união bancária pode levar a uma fuga de segurança de muitos depósitos em Portugal para bancos de outros países onde a perceção de risco seja menor.

Papel do Banco de Portugal

Para Mariana Mortágua, no caso do BES ficou exposto que há poucas leis que impeçam um agente financeiro de fazer aquilo que realmente quer fazer.

“Isto é possível porque há um sistema legal nacional que diz respeito à atividade regulada dos bancos e todo um quadro legislativo paralelo que existe em offshores, em trusts, em veículos que podem ser criados. Para cada lei que restringe a ação da banca, há ao lado um buraco legal”, explica.

A deputada do Bloco de Esquerda afirma que o Banco de Portugal não funciona como regulador e vê-se a si mesmo como parte do sistema financeiro tendo uma atuação de complacência e cumplicidade.

Segundo Mariana Mortágua, não existiu qualquer controlo sobre a carteira de créditos dos bancos em relação ao seu tipo, aos setores e aos clientes a quem era concedido.

Vantagens e desvantagens

Mariana Mortágua acredita que o princípio da resolução é bom, pois deveria implicar uma auditoria prévia para determinar a situação de balanço dos bancos, considerando que essa auditoria devia estender-se a todo o sistema bancário. Além disso, “permite uma limpeza do sistema bancário”.

No entanto, a deputada aponta três problemas com este princípio:

1. Qual o perímetro de resolução

Mariana Mortágua afirma que o perímetro de resolução foi mal desenhado. “Hoje sabemos que o Novo Banco, além dos 4900 milhões que foram injetados, precisou de mais 1400 milhões”;

2. Quem arca com as perdas e com o dinheiro injetado

Uma vez definido o perímetro, existem três opções:

- a) contribuintes, sendo o sistema bancário um bem público;
- b) Fundo de Resolução, a resposta ideal mas que acarreta o problema dos bancos falirem ainda antes de terem entrado contribuições desse Fundo;

c) credores, respeitando uma hierarquia e a legislação. “A melhor solução”, aponta;

3. O que fazer com a parte boa do banco

“Pior que vender, é vender à pressa. Faz com que o banco perca valor e diminui o preço. (...) Podemos manter os bancos na esfera pública e repensar o nosso sistema bancário”, afirmou Mariana Mortágua. “A melhor solução passa por auditoria, resolução, bail-in de credores e banco bom no sistema público”, concluiu.

Resolução tardia

João Galamba acredita que o caso do BES é uma sucessão de calotes. “Para salvaguardar determinadas narrativas políticas cometeram-se erros graves na resolução desses problemas. Essa narrativa em 2011 dizia que a banca estava bem, o problema era o Estado e tínhamos de limpar a banca dos problemas criados pelo Estado. Qual o problema disto? Os verdadeiros problemas da banca tiveram de se manter escondidos porque não obedeciam à narrativa oficial”.

O deputado socialista é da opinião que o BES devia ter sido intervencionado mais cedo e admite que a resolução, no momento em que foi tomada, não tinha alternativa. “Se fosse feita logo no final de 2013 e não se tivesse entrado em ne- ▶

► gociação com a administração, se calhar as coisas podiam ter sido diferentes”, disse.

Sem Fundo de Resolução

João Galamba vê o Fundo de Resolução como uma ideia “catastrófica”, uma vez que só funciona para bancos não-sistémicos e em crises particulares e idiossincráticas numa instituição em concreto.

“O que estamos a viver em Portugal é uma crise sistémica porque decorre da nossa entrada na zona euro, da liberalização do setor financeiro, da liberdade de movimentos de capitais, entre outros. Temos um problema generalizado na banca portuguesa, para resolver um problema num banco socorreremo-nos a outros bancos é um contrassenso”.

O deputado socialista acredita que há atividades que têm de ser forçosamente garantidas pelo Estado. “É uma ilusão pensar que sistemas de seguros privados, fundos de resolução, fundos de garantia de depósitos substituem a garantia sistémica. (...) Tudo o que tiver garantia do Estado é melhor ser em banco público ou pelo menos ser tão regulado que muito dificilmente qualquer capital privado lá queira entrar”.

Problemas antigos

Para António Leitão Amaro, o sistema financeiro português, sobretudo na década de 2000, acumulou desequilíbrios por falhas de mercado dos operadores a que se seguiram algumas falhas quer junto dos operadores privados quer ao nível da intervenção pública. O deputado do PSD explicou que o sistema financeiro andou pegado a



um modelo económico assente numa prática de concessão de crédito relativamente fácil.

“Os bancos que enfrentaram piores dificuldades tinham na sua carteira uma exposição relevante ao setor imobiliário”, afirmou.

BdP questionado

Leitão Amaro acredita que o caso BES é “uma acumulação de uma tempestade perfeita de muitas falhas”.

O deputado é da opinião que a opção tomada aquando do momento da resolução, com a distribuição de sacrifícios e perdas específica, foi a mais adequada dizendo ainda que, relativamente às decisões do final do ano, foi correto não envolver os contribuintes, embora tenha dúvidas sobre se não se poderia resolver melhor a situação com uma conversão em capital ou com uma distribuição diferente do esforço.

Leitão Amaro não deixou de questionar o BdP. “Como é que a entidade reguladora, no prazo de uma semana, toma duas decisões tão contraditórias como a decisão do Banif e a do Novo Banco relativamente ao espírito de prioridade ou hierarquia das posições face ao banco?”.

Dúvidas

A terminar, Leitão Amaro questionou o timing da segunda resolução, uma vez que tinha sido dado um prazo de sete meses para o problema ficar resolvido.

“É preciso saber se teve a ver com a tentativa de iniciar rapidamente o processo de venda do banco, completamente limpo e com todas as contingências resolvidas, ou se há uma agenda europeia em parte dentro das regras e outra parte para além das regras”, concluiu. ■

Uma visão jurídica

António Menezes Cordeiro ofereceu uma visão jurídica do processo, centrando-se na questão do papel comercial.

Para o jurista, a verificar-se uma desconformidade em conteúdo das notas informativas do papel comercial e a realidade, o BES, enquanto intermediário financeiro, é responsável pelos danos.

Para além disso, Menezes Cordeiro afirma que o banco deve colocar sempre os interesses do cliente em primeiro lugar.

Dever de lealdade e dever de informação

Nesta posição jurídica fiduciária, “quando o BES convence os seus clientes a adquirir papel comercial ou consideramos a situação de grupo — e aí o BES está a impingir papel comercial próprio colocando os seus interesses em primeiro lugar — ou desconsideramos a situação de grupo, onde o BES sabe que o papel comercial pode não ser o

melhor e aí coloca o interesse de terceiros (por exemplo, da Rioforte) à frente dos interesses dos clientes. Em qualquer um dos caminhos está a ser violado o dever de lealdade”, explica.

No caso do dever de informação, Menezes Cordeiro afirma que o BES terá de ser responsabilizado caso não tenha explicado tudo deixando críticas ao principal regulador. “O BdP diz que a boa-fé, lealdade e informação não se aplicam”. ■

Castelo Branco e Lisboa

Formandos “reclamam” mais ações

Os associados desejam mais e mais cursos promovidos pelo SBSI, considerando-os, pela mais-valia que representam a nível profissional e pessoal, um importante serviço prestado pelo Sindicato



Ação em Castelo Branco



Curso em Lisboa

Os participantes “reclamaram”, também, a realização de mais ações desta natureza, que consideram um importante serviço que o SBSI disponibiliza, de forma gratuita, aos seus associados.

Esta ação foi acompanhada, em permanência, pelos elementos do Secretariado de Castelo Branco, Daniel Matos e José Alvarães.

Situação laboral

Em Lisboa, realizou-se a primeira edição do curso “Comunicação Eficaz”, também com enorme adesão e sucesso por parte dos formandos.

Esta ação, ministrada pela Dra. Maria João Sousa, abordou a importância da comunicação e o seu impacto nas relações interpessoais bem como as diferentes técnicas, atitudes e estilos utilizados.

Na sessão de encerramento, Rui Santos Alves, coordenador do Pelouro de Formação, elencou as questões que, na atualidade, mais preocupam os bancários, designadamente a revisão do ACT, a situação laboral no setor e a recorrente política de redimensionamento de quadros de pessoal prosseguida em várias instituições de crédito. ■

“Recuperação de Crédito” foi a temática escolhida para a primeira ação de formação realizada nas instalações da Secção Regional de Castelo Branco.

Com cerca de uma vintena de participantes, oriundos de diferentes localidades e instituições do distrito, o curso traduziu-se num assinalável êxito.

Além da manifesta atualidade da matéria abordada, os formandos evidenciaram a clareza da apresentação e os elevados conhecimentos da formadora — Dra. Cristina Melancia — e salientaram a importância dos conhecimentos adquiridos para a valorização da sua atividade profissional e pessoal.

Cursos agendados

Novas ações de formação estão já agendadas, algumas das quais tiveram de ser desdobradas face ao número de interessados. Os associados devem inscrever-se atempadamente.

Curso	Local	Data
Liderar e motivar equipas (4.º grupo)	Lisboa (Hotel Arribas/Praia Grande)	26 a 28 fevereiro
Branqueamento de capitais	Lisboa (Rua São José) — 1.º grupo	27 e 28 fevereiro
	Lisboa (Rua São José) — 2.º grupo	12 e 13 março
Comunicação eficaz	Lisboa (Rua São José) — 2.º grupo	5 e 6 março
Negociação e gestão de Conflitos	Lisboa (Rua São José) — 2.º grupo	2 e 3 abril
	Lisboa (Rua São José) — 3.º grupo	16 e 17 abril
Gestão do Tempo e do Stresse	Faro	9 e 10 abril
	Angra do Heroísmo	7 e 8 maio

Última hora: alteração de prazos

Consulte o site para obter declarações de IRS

Alguns dos motivos que levaram as Finanças a prorrogar o prazo para entrega do IRS motivaram a alteração da data de entrega das declarações aos sócios do SBSI e beneficiários-titulares do SAMS, que devem estar atentos ao site do Sindicato para novas informações. Como habitualmente, as declarações – para IRS ou outras, como as de participações complementares – poderão ser obtidas através do portal. O Sindicato enviará as declarações por email a quem tenha endereço eletrónico registado, e em várias instalações do SBSI é possível solicitar presencialmente a sua emissão



O SBSI, em particular na área da saúde através do respetivo SAMS, tem envidado esforços para disponibilizar aos seus sócios e beneficiários melhores serviços, incluindo melhor informação.

É o que acontece designadamente com a emissão anual da declaração para IRS e de outras

declarações de óbvia utilidade para sócios e beneficiários. Neste domínio, e à semelhança do que tem acontecido nos processos anteriores, os sócios e beneficiários voltam a ter à disposição diferentes e diversificados meios de acesso às declarações relativas a 2015.

Alterações no IRS

Recorde-se que este ano existem algumas alterações, pois com a reforma do IRS apenas as faturas com o número de identificação fiscal (NIF) são elegíveis para efeitos de IRS.



Documentos disponíveis no Portal

No portal do SBSI/SAMS estão acessíveis as seguintes declarações, que também podem ser enviadas por e-mail aos sócios e beneficiários-titulares do SAMS:

- Declaração de Despesas de Saúde 2015;
- Declaração de Participações atribuídas em regime de Complementaridade em 2015;
- Declaração de Quotizações 2015 para o SBSI, relativamente a associados que asseguram o pagamento direto das respetivas quotizações;
- Declaração de Contribuições 2015 para SAMS/SBSI, relativamente a beneficiários que asseguram o pagamento direto das respetivas contribuições obrigatórias (excluído FSA);
- Declaração de Contribuições-2015 para o FSA – Fundo Sindical de Assistência do SAMS/SBSI (engloba a totalidade destes descontos, diretos ou através da entidade empregadora);
- Declaração de Despesas de Lutuosa-2015.



As despesas efetuadas no SAMS, em relação às quais os beneficiários tenham fornecido o seu número de identificação fiscal, encontram-se registadas no Portal das Finanças, no sítio do e-Fatura, onde é possível consultar e gerir as informações referentes às mesmas.

O adiamento do prazo de entrega do IRS obrigou à alteração da data de disponibilização das respetivas declarações do SAMS/SBSI. Esteja atento ao site

Do mesmo modo, as faturas referentes a encargos que resultem de aviamento de medicamentos e recurso a entidades convencionadas encontram-se suportadas no sistema e-Fatura, se tituladas com o número de identificação fiscal.

Por parte do SAMS é assegurada a emissão de declaração de despesas de saúde, na parte não comparticipada que possa ser deduzida à coleta,



nos casos em que a comparticipação tenha sido atribuída diretamente aos beneficiários, e suportadas em faturas com o respetivo número de identificação fiscal do contribuinte.

Os sócios do SBSI e beneficiários-titulares do SAMS podem obter declarações — para IRS ou outras, como as de comparticipações complementares — através do portal.

A declaração é enviada por email aos beneficiários que tenham registado o endereço eletrónico na base de dados do SAMS.

Será ainda possível solicitar presencialmente a sua emissão em várias instalações do SBSI.

As declarações deixam, assim, de ser remetidas por via postal para a morada dos destinatários. A expedição por esta via será mantida no caso de pensionistas ou de solicitações especialmente atendíveis.

No portal do SBSI/SAMS

Quando disponíveis, as declarações periódicas destinadas a sócios e beneficiários podem ser obtidas no Portal SBSI, em SBSI > Ligue-se @ Nós > Os Meus Dados > Declarações ou SAMS > Ligue-se @ Nós > Os Meus Dados > Declarações, para consultar, guardar ou imprimir.

Para o efeito, o sócio ou beneficiário-titular deve aceder à área reservada do Portal, mediante autenticação — a efetuar, como é sabido, por:

- Tipo de Utilizador (sócio ou beneficiário), Número (sócio ou beneficiário, conforme indicado em “Tipo de Utilizador”) e Código Pessoal (PIN, também utilizável noutras funcionalidades, designadamente na marcação de atos clínicos).

As funcionalidades associadas a Ligue-se @ Nós > Declarações remetem para uma lista identificativa das declarações disponíveis.

Recorde-se que as declarações para IRS, disponibilizadas em formato PDF, não serão emitidas a beneficiários-titulares sem NIF (número de identificação fiscal).

Envio por email

Os beneficiários que tenham comunicado ao SBSI o respetivo endereço eletrónico receberão a declaração na sua caixa de correio.

Caso o endereço não tenha sido ainda comunicado, esta é uma excelente oportunidade para o fazer, acedendo a Ligue-se @ Nós > Os Meus Dados > Alteração de Dados Pessoais.

Imprimir ou solicitar

Qualquer das declarações pode ainda ser obtida presencialmente nos locais de atendimento do SAMS, Sede ou Secção Regional do SBSI. ■

Informações

Para informação sobre o conteúdo das declarações, estão disponíveis os seguintes contactos:

- Tel: 210 499 999, seguido das opções 1 – 7 (das 9h00 às 18h00)
- e-mail: irs@sams.sbsi.pt.



Concurso de Natal em freguesia açoriana

E a árvore vencedora é... a do SBSI

O Núcleo de Juventude de Ponta Delgada recebeu o galardão pela sua árvore de Natal reciclável. E ofereceu o prémio a uma instituição de solidariedade social

A árvore de Natal com materiais recicláveis concebida pelo Núcleo de Juventude de Ponta Delgada venceu o concurso promovido pela Junta de Freguesia de São José. A árvore foi criada com garrafas de plástico.



O Núcleo preparado para levar o prémio como oferta



Os participantes no concurso

O resultado foi anunciado dia 19 de dezembro, ocasião em que os jovens bancários receberam o prémio das mãos do presidente da Junta, Jorge Oliveira: além do certificado de participação, um cabaz com géneros alimentícios.

Dado o seu interesse no bem-estar social dos mais desfavorecidos, o cabaz alimentar foi o que mais os entusiasmou, pela possibilidade de contribuir com o prémio para apoiar uma ins-

tituição de solidariedade social, a quem foram entregá-lo.

Recorde-se que o Núcleo de Juventude já antes tinha organizado uma campanha solidária de recolha e distribuição de alimentos.

Os cabazes alimentares foram entregues às famílias mais carenciadas de São José, Fajã de Cima, Fajã de Baixo, Pico da Pedra, Rabo de Peixe e Maia, freguesias dos concelhos de Ponta Delgada e da Ribeira Grande. ■

Viagens Culturais

À descoberta de preciosidades ibéricas



Vista geral de Toledo

Coimbra tem muitos encantos e (re)descobri-los é sempre um desafio. Mas o GRAM quis ir mais longe e completar a primeira proposta com uma segunda: um circuito espanhol por Salamanca, Madrid, Toledo e Cáceres

No âmbito do seu programa de iniciativas culturais, o GRAM tem já agendadas duas viagens onde História e património se completam e têm primazia.

O primeiro passeio é a Coimbra, no dia 16 de abril (sábado). Cidade repleta de história e tradição, berço de seis reis e da primeira universidade do País e uma das mais antigas da Europa, Coimbra é sempre surpreendente, por mais vezes que a visitemos.

A excursão do GRAM centra-se em duas das suas mais significativas joias: a Sé Velha e a Biblioteca Joanina da Universidade.

Considerada um dos edifícios de estilo romântico mais importantes de Portugal, a Sé Velha parece um castelo, graças às altas paredes com ameias e poucas janelas. A sua construção foi iniciada alguns anos após a Batalha de Ourique, quando D. Afonso

Henriques se declarou rei de Portugal e escolheu Coimbra como capital do reino.

O seu interior alberga preciosidades, que testemunham as sucessivas épocas e estilos.

Já a Biblioteca Joanina, considerada em 2013 “a mais espetacular do mundo” pelo britânico The Telegraph, é um exemplar do século XVIII e construída no mais puro estilo rococó.

Local de eleição de muitos estudiosos, é também utilizada para eventos culturais, como concertos e exposições.

Por terras de Espanha

Logo no mês seguinte, precisamente de 11 a 15 de maio, realiza-se o circuito por quatro espetacula-

res cidades espanholas: Salamanca, Madrid, Toledo e Cáceres.

Só para espicaçar a curiosidade, refira-se que a excursão contempla a visita ao centro histórico de Salamanca, rico em edificações da Idade Média, do Renascimento e das épocas Clássica e Barroca.

Tratando-se de um passeio cultural, é claro que em Madrid não poderia faltar uma “vistoria” pormenorizada ao Museu do Prado, o mais importante de Espanha e um dos mais relevantes do mundo.

Obviamente não faltará também a visita à Praça de Espanha, Gran Via, Puerta del Sol, Plaza Mayor, ao Palácio Real e à Catedral de Almudena, bem como El Escorial e ao memorial franquista Valle de los Caídos.

A excursão prossegue com duas cidades espanholas distinguidas pela UNESCO: Toledo e Cáceres.

Declarada património mundial em 1986 e que desde 2001 faz parte da Paisagem Cultural e Património da Humanidade, Toledo é conhecida como a “cidade das três culturas” pela coexistência histórica de cristãos, muçulmanos e judeus. Exemplo dessa diversidade é o preservado legado artístico e cultural, com diversas igrejas, palácios, fortalezas, mesquitas e sinagogas.

Cáceres também foi distinguida em 1986, ano em que o seu centro histórico foi incluído na lista do Património da Humanidade pela UNESCO. ■



Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra



Bowling

Arranque prometedor de Amável Lourenço

O concorrente da Unicre lidera isolado a classificação após a realização da ronda inaugural

A 1.ª jornada do 9.º Campeonato Interbancário de Bowling realizou-se no dia 30 de janeiro, na Beloura, habitual palco das partidas do Sindicato.

Dos 26 concorrentes que se apresentaram nas pistas, foi Amável Lourenço (Unicre) a terminar na primeira posição, com 766 pontos conquistados ao longo das quatro partidas (182-193-169-222).

Na segunda posição ficou Olinda Bettencourt (Unicre), com 747 pontos (203-197-191-156), enquanto Jorge Teixeira (BPI) foi terceiro com 739 pontos (159-126-242-212).

A completar os cinco primeiros classificados ficaram Pedro Proença (Banif), com 685 pontos (184-175-170-156), e Paulo Duarte (Unicre), com 684 (204-154-122-204).

A próxima jornada, de um total de cinco, realiza-se no dia 27 de fevereiro, no mesmo local.

Este ano a final do Sul e Ilhas está marcada para os dias 21 e 22 de maio, nas Caldas da Rainha. A final nacional terá lugar nos dias 5 e 6 de novembro, em local ainda por definir. ■

King

Liderança isolada para Caetano Moço

Com três jornadas realizadas, o jogador segue à frente, com uma distância considerável para os mais diretos opositores

A sede do SBSI acolheu as jornadas 2 e 3 do 10.º Campeonato Interbancário de King nos dias 30 de janeiro e 13 de fevereiro, respetivamente.

Com a realização destas duas rondas, Caetano Moço (Unicre) lidera a classificação geral com 1800 pontos king e 45,5 convertidos. Para este desfecho contribuíram os resultados de 660 pontos da 2.ª jornada e 485 da 3.ª jornada.



Caetano Moço atento à jogada

Na segunda posição surge David Mina (Millennium bcp), com um acumulado de 1140 pontos e 41,5 convertidos, depois de 250 e 265 pontos conquistados nas duas jornadas.

A fechar o pódio está António Ramos (Millennium bcp), com 1235 pontos e 40,5 convertidos:

250 foram conquistados na jornada 2, ao passo que 735 pertencem ao resultado da jornada 3.

Américo Pereira (Millennium bcp), com 985 pontos e 39,5 convertidos é quarto classificado, tendo conseguido -110 pontos na 2.ª jornada e 295 na 3.ª jornada.

No quinto posto surge Pinto Pedro (AAEBNU), com 975 pontos e 38,5 convertidos, dos quais 415 foram conquistados na 2.ª ronda e 270 na última jornada. No dia 20 de fevereiro realizou-se a 4.ª jornada desta prova, pelo que daremos conta dos respetivos resultados em futuras publicações.

Em maio, nos dias 28 e 29, realiza-se a final do Sul e Ilhas, em Ferreira do Zêzere.

A final nacional terá lugar em 22 e 23 de outubro, em Ponte de Lima. ■

Carnaval em Castelo Branco

Um baile de máscaras animou os sócios da Regional de Castelo Branco e seus familiares



Um convívio muito animado decorreu em Castelo Branco, organizado pela Secção Regional e pelo núcleo do GRAM da região.

A festa, destinada aos associados do SBSI e suas famílias, teve lugar dia 8 e ficou marcada por um divertido baile de máscaras.

Este foi um momento particularmente alegre, que teve por objetivo distrair, durante umas horas, os bancários da situação difícil que o setor atravessa. ■

Vantagens aos sócios

O Sindicato acaba de celebrar diversos protocolos que garantem condições mais favoráveis aos associados, seus familiares e beneficiários do SAMS.

Colégio do Paço

Adélia Martins Gaspar – Unipessoal, Lda., com sede em Lisboa, na Estrada do Paço do Lumiar, n.º 65 – Loja A, concede 35% de desconto na inscrição (antes 245€, agora 159,25€); 10% de desconto na mensalidade (antes 335€ – agora 301,50€).

Cascais Dive

Mergulho na Aventura, Lda., com sede em Mem Martins, na Avenida Almirante Gago Coutinho, 21, r/c Dt.º, concede desconto comercial de 20% sobre o PVP para saídas de mergulho em Cascais, em cursos PADI das categorias Especialidades Recreativas e Socorrismo e em batismos de mergulho.

O Cascais Dive compromete-se a organizar regularmente saídas e viagens de mergulho.

Classificados

Vendem-se casas

Almada | Laranjeiro – Vivenda isolada, cerca 200 m², inclui garagem e espaço estacionamento mais 2 carros. Lote 230m². Zona central, com todo comércio, serviços e transportes – Metro superfície Fertagus. Excelentes acessos. Preço € 130.000. Negociável.

Possibilidade de permuta com imóveis de valores inferiores ou superiores.

T: 919430471

Lisboa – T3+1, 1.º Andar c/quintal (60m²), jardim, 2 anexos, churrasqueira e árvores fruto. Excelente zona: À Av. Almirante Reis/Portugália. Prédio pequeno e muito sossegado (6 habitações). Preço € 169.000 (Aceito permuta) T: 964451162

Diversos

Vendo – Colchão série conforto Superior – Ergo Form Latex Ergonómico – super conforto anti-alérgico, sistema de molas independente tamanho 183x133 novo, sem uso. Preço € 390. T: 964468189

Vendo – 5 terrenos na zona de Tomar – Vale Venteira, com áreas diferentes, possibilidade de construção dentro da povoação. Preço € 60.000, negociável. T: 964468189

Aluga – Quarto a estudante, em Alvalade, em apartamento sem senhorio. T: 961719162

Compro – Livros sobre o Algarve com temas sobre: Antropologia, Arqueologia, História, Militares, Ocupação árabe, Orografia, Revoluções, Vultos, outros. T: 966868790

SVETLANA ALEKSIEVITCH

PRÉMIO NOBEL
DA LITERATURA
2015





A imaginação é o limite

Os associados do SBSI têm nesta página oportunidade de publicar poemas, pequenos contos e desenhos da sua autoria.

A seleção das obras enviadas rege-se por critérios editoriais. Os textos para publicação não podem exceder os dois mil caracteres

Mosteiro de Arouca

Às noviças, e a todos a quem roubaram a liberdade

Na juventude
Quando o corpo se empertiga
E o desejo o castiga
O pensamento é o seu sustento
Nada o prende, nem o vento.

A liberdade é empolgamento
Que não cabe em nenhum convento
Por muito que o queiram tornar bento
É, sempre, um lugar sem movimento.

Para o amor não existem prisões
Mosteiros, grades, divisões.
É a vida afogada, no fogo da clausura
O sonho ceifado no raiar da aurora
O ímpeto maternal subjugado pelas paredes.

Noviças, monjas, abadessas, no isolamento
Nem a presença das aias lhes suavizava o sofrimento.
É a dimensão do mundo num momento
A roda do tempo presa num fio de vento
A morte antes da dor e do julgamento.

José Silva Costa
Sócio n.º 17296

Saudade

Os sonhos da juventude
que não consigo esquecer
hoje com pouca saúde
passo os dias a escrever

Recordar ajuda a viver
lá diz o velho ditado
às vezes sem poder
dou comigo a ouvir o fado

O sonho não realizado
e os amores que perdi
estão sempre ao meu lado
que nunca mais esqueci

É esta a triste história
que vos acabo de contar
de quem tanto amou a vida
e acaba neste penar

Vivo triste descontente
tenho a esperança perdida
ando perdido entre a gente
não morro nem tenho vida

José Marques Silvestre
Sócio n.º 8129

Alquimia

Num país do Ocidente,
em terras abençoadas,
colocou Deus, nobre gente,
céu azul e tempo quente,
como num conto de fadas.

Nesse jardim de flores,
à beira-mar plantado,
emergiram alguns senhores,
a quem chamaram doutores
não sei se certo ou errado.

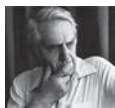
Logo prometeram mais,
do que Deus lhes tinha dado,
vampiros, melros, pardais,
e dentre os nobres metais,
ovos de ouro amarelado.

Decidiram num jantar
arranjar uma galinha
e penas foram colar,
brilhantes como o luar,
no corpo da avezinha.
Cacarejando de novo,
como ouro, reluzia.

Por pensar que vinha um ovo,
para lá correu o povo
numa enorme romaria
Crendo num melhor futuro,
toda a gente lá se apinha,
pois quer ver o ovo duro,
amarelo, de ouro puro,
sair do cú da galinha
Mas por fim, oh triste fado!

O povo que acreditou,
por eles foi enganado.
Em vez dum ovo dourado,
a galinha defecou.

João Manuel Alexandre Alves
Sócio n.º 7647



Vergílio Ferreira

No ano-centenário do nascimento do escritor e professor português (28.1.1916-1.3.1996), descubra 7 das suas obras abaixo anagramatizadas.

1	PRESA EM PAR
2	IR BELA A GREVE
3	ODEIA POLENTA
4	RESTA PELO LAR
5	TRANCA AS ARDAS
6	METER DORNAS EM
7	MIRO FONTE DO RUDE DONO

Ricardo Campos, Massamá

A sortear: **A Promessa** de Brunonia Barry,
edição **Porto Editora**.

Enigma figurado










(Expressão corrente)



A sortear: **Prémio SBSI.**

Grifograma

Transferindo os sinónimos do enunciado para a grelha, aparecerá uma citação de Calderón de La Barca, escritor espanhol.

1F	2B	3C		4D	5B	6A		7E
8C	9E	10E	11C	12E	13D	14B	15A	
16B		17F	18F	19D	20A		21A	22B
23D	24B	25C		26D	27D		28C	29C
30A		31F	32E	33E	34A	35F	36F	

A - Rasgavas

B - Ordem

C - Abrasa

D - Magoada

E - Puni

F - Alterava

21	30	6	34	15	20
2	16	24	22	14	5
28	29	25	11	8	3
4	27	23	19	26	13
33	7	12	10	9	32
17	1	35	18	31	36

Vinícius, Peniche

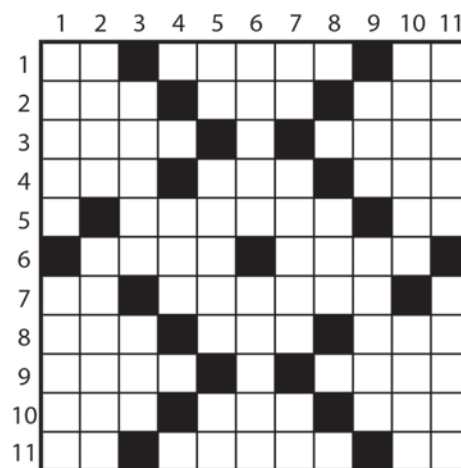
A sortear: **Prémio SBSI.**

Palavras-cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Doença súbita; Patamar de uma escada; Dura. 2 - Decifrar; Lírio; Logo que. 3 - Impulso; Pequeno barco de fundo chato, empregado na pesca do bacalhau. 4 - Bigorna de aço, sem hastes...; Sulque; Únicos. 5 - Calva; Régua em forma de T. 6 - Agredi; Feito de bronze, cobre ou arame. 7 - Raiz; Acarinhas. 8 - Agarra-se com gavinhas; Grande ave corredora sul-americana, da família dos Reídeos...; Sinal gráfico... 9 - Frio excessivo; Combine. 10 - Ocasão; Dignidade militar entre os Turcos; Joeira. 11 - Sequia; Agravo; Aqueles.

VERTICAIS: 1 - Asa do nariz; Fixai. 2 - Armadilha para pássaros; Mulher formosa. 3 - Dança de salão, muito agitada, de origem mexicana; Para o lado donde o vento sopra. 4 - Letra do alfabeto grego. 5 - O mais; Designação de teólogo, entre os Árabes; Nesse ponto. 6 - Dignidade pontifícia; Inimigo. 7 - Ides; Infiltração de serosidade nos tecidos do organismo, que produz inchaço; Ataque. 8 - Altar cristão. 9 - Pedras de amolar; Pousada. 10 - Travesso; Esta coisa. 11 - Penteie; Séries de árvores.

A sortear: **A Ilha dos Desencontros**
de Anita Shreve, edição **Porto Editora**.










Dicionários adotados: da Língua Portuguesa e dos Verbos Portugueses, da Porto Editora

Colunas baralhadas

As colunas do quadro superior estão misturadas. Depois de posicionar todas elas – a partir das três ínsitas em baixo –, irá descobrir 9 obras de David Mourão-Ferreira (1927-1996), escritor e poeta português. Os quadrados brancos separam as palavras e os pretos os títulos.

<input type="checkbox"/>	E	<input type="checkbox"/>	L	O	A	R	T	L	O	D	M	I	<input checked="" type="checkbox"/>	S	A	B	U
D	D	E	O	T	P	<input type="checkbox"/>	O	R	D	A	M	A	E	<input type="checkbox"/>	I	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O	A	Ç	<input checked="" type="checkbox"/>	M	M	<input type="checkbox"/>	O	A	O	R	A	O	<input type="checkbox"/>	U	C	Ã	R
I	<input checked="" type="checkbox"/>	O	R	M	<input type="checkbox"/>	E	E	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Z	S	F	O	A	L	S	<input type="checkbox"/>
E	O	S	O	E	S	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	O	S	M	O	S	T	N	R	<input checked="" type="checkbox"/>	D
T	V	O	A	C	N	C	E	O	C	I	O	<input type="checkbox"/>	I	N	A	<input checked="" type="checkbox"/>	I
E	N	A	L	A	R	<input type="checkbox"/>	T	R	A	<input type="checkbox"/>	A	O	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	D	T	E
A	A	R	<input type="checkbox"/>	I	E	E	M	<input type="checkbox"/>	A	M	G	D	A	V	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

								O								U
								D			E					
								O								R
											O					
								S			T					D
								C			I					I
								A								E
								A			A					

A sortear: **Sopro do Mal** de Donato Carrisi, edição **Porto Editora**.

«O segredo da solidão é não existir solidão»

– Joseph Cook, escritor norte-americano (1872-1901)



«Tempo Livre» 377

Ano XXII

Prazo para respostas: 23 . março. 2016

Sudoku

As casas vazias devem ser preenchidas com os algarismos de 1 a 9 mas de forma a que cada um dos algarismos surja somente uma vez em cada linha, em cada coluna e em cada quadrado.

Fácil 268

		1		6		8		
	6		7		8		5	
3				4				9
	1						6	
9		4				7		2
	2						4	
2				1				5
	5		4		7		2	
		3		5		1		

Médio 268

5				7				8
		9	1	3				
		6				9	5	
							8	
3	1			8			6	4
	4							
	5	7				6		
				9	7	3		
6				4				1

Difícil 268

4					1	2		
	8			7			4	
5						3		
		6						3
	4			3			1	
2						9		
		3						7
	1			5			3	
		5	9					6

Fácil 269

8				6				7
		3			7	5		
	6			1				2
	1							
3		4		5		6		9
							7	
	4			7			6	
		9	4			1		
2				3				8

Médio 269

		6		7	1	5		
						8		
9	1		6					2
5				2		4		
1			4		6			9
		4		3				8
6					2		8	7
		1						
		8	7	4		6		

Difícil 269

	7		6				5	
3	1			7			6	4
	2				4		3	
		2						7
	4						8	
1						9		
	8		4				9	
2	3			1			7	5
	5				8		4	

Mastermind especial

Nas respostas (R), um pino preto significa letra e respetiva posição certas. Do mesmo modo, um pino branco refere letra certa em posição errada. Como no Mastermind clássico. Descubra a palavra-chave e inscreva-a no respetivo lugar, à esquerda do R. Essa chave terá de satisfazer as condições exigidas pelas respostas (R), consideradas uma a uma e na sua simultânea compatibilidade.

D	U	M	I	X	O
F	L	C	Z	S	R
B	V	I	F	E	A
T	O	N	U	S	L
A	V	M	U	E	R
T	G	B	F	N	S

R	
●	●
●	
○	○ ○
○	○ ○ ○
●	
●	●

A sortear: **Poder, Liberdade e Graça** de Deepak Chopra, edição **Porto Editora**.

Soluções

2	9	8	3	7	1	5	6
5	7	8	6	4	2	3	1
1	6	5	2	4	7	8	9
3	2	7	1	9	8	6	5
9	8	7	6	5	4	3	2
4	1	3	8	2	5	7	6
6	3	1	9	7	4	2	8
8	5	4	2	1	6	3	7
7	4	6	5	3	8	1	9
1	2	3	4	5	6	7	8

Difícil 269

1	2	9	6	7	4	8	5	3
3	5	8	1	7	2	6	4	9
7	2	4	8	6	3	5	1	9
8	6	3	5	1	2	7	4	9
2	7	1	9	8	6	4	3	5
9	8	7	6	5	4	3	2	1
4	1	3	8	2	5	7	6	9
6	3	1	9	7	4	8	5	2
5	7	8	6	3	2	1	4	9
3	2	1	9	8	7	6	5	4

Médio 269

8	2	1	5	6	4	3	9	7
2	3	6	9	3	1	7	4	8
7	3	4	8	6	1	5	2	9
1	4	8	2	7	5	9	6	3
6	8	5	6	3	2	7	1	4
3	7	4	1	5	8	2	9	6
9	6	1	2	7	9	8	4	3
5	6	7	3	1	9	8	2	4
4	9	3	8	2	7	5	1	6
8	2	1	5	6	4	3	9	7

Fácil 269

6	8	7	5	9	4	3	1	2
3	9	1	2	5	7	8	3	4
9	2	3	1	6	8	4	5	7
4	5	7	1	3	8	6	9	2
7	2	8	7	1	5	3	6	4
1	4	6	8	3	5	2	9	7
2	3	5	7	4	1	9	8	6
5	1	9	6	4	2	8	3	7
8	3	7	4	1	5	6	9	2
9	2	3	1	6	8	4	5	7

Difícil 268

6	9	3	5	4	2	8	7	1
2	8	1	6	9	7	3	4	5
4	5	7	3	1	8	6	9	2
7	2	3	8	6	9	2	4	5
1	9	8	2	6	3	5	1	7
3	1	5	7	8	9	2	4	6
9	6	2	4	5	1	7	8	3
8	3	6	2	7	1	5	9	4
5	2	4	9	1	3	5	4	2
4	6	7	3	8	1	2	9	5

Médio 268

6	4	3	8	5	2	1	9	7
1	5	8	4	9	7	3	2	6
2	9	7	6	1	3	4	8	5
8	2	6	9	7	1	5	4	3
9	3	4	5	6	9	7	1	2
7	1	5	3	2	4	9	6	8
3	8	2	1	4	5	6	7	9
4	6	9	7	3	8	2	5	1
5	7	1	2	6	9	8	3	4
8	2	1	5	6	4	3	9	7

Fácil 268

Colchão Confort Saúde

VISCOELÁSTICO 3D

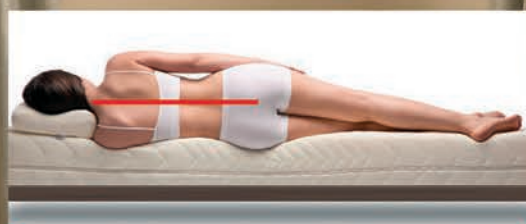
Reserve Já:

☎ **226 165 590**

☎ **966 466 223**

Todos os dias, incluindo Sábado e Domingo.

GARANTIA



**Antiácaros + Indeformável
Ergonómico + Viscoelástico**

- > Lateral acolchoado 3D.
- > Poliuretano de alta densidade.
- > Preço para qualquer medida standard.
- > Preparado para qualquer cama.



-67% ~~Antes 599€~~

Agora:

10 x 19,90€ / mês
sem juros
ou 199€

1ª OFERTA



Composição

- Camada Viscoelástica.
- Lateral acolchoado 3D.
- Poliuretano de alta densidade.
- Tratamento Sanitized.*
- Preço para qualquer medida standard.
- Adapta-se a qualquer cama.

**PACK
2 ALMOFAFAS
VISCOELÁSTICAS**

2ª OFERTA

**LIVRE PARA
QUALQUER REDE:**

- > Multi Touch.
- > Dual Core.
- > Android 4.4.
- > Memória 4GB.
- > Câmera Dupla:
Frontal + Traseira.
- > WIFI + Bluetooth.
- > Dual SIM.
- > Peso:115g.

**PARA 2 CARTÕES
DESBLOQUEADO**

